

Cláusula 3.ª

Instrumentos financeiros e responsabilidade de financiamento

1 — A comparticipação financeira da Presidência do Concelho de Ministros, dotação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, contempla os encargos da Junta de Freguesia de Alvarenga com a aquisição do edifício sede previsto no presente contrato, no montante global de € 27 434,06.

2 — O valor da comparticipação atribuída processa-se num único pagamento.

3 — Compete à Junta de Freguesia de Alvarenga assegurar a parte da aquisição não financiada pelo contrato nos termos do n.º 1 da presente cláusula.

4 — À Junta de Freguesia de Alvarenga está cometida a responsabilidade da execução financeira presentemente acordada.

Cláusula 4.ª

Dever de informar

As verbas que asseguram a execução do investimento previsto neste contrato são inscritas nos orçamentos da Junta de Freguesia de Alvarenga e da Presidência do Concelho de Ministros, dotação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, de acordo com a participação estabelecida na cláusula 3.ª

Cláusula 5.ª

Resolução do contrato

A Junta de Freguesia de Alvarenga obriga-se a prestar à Direcção-Geral das Autarquias Locais todas as informações que esta lhe solicite relativamente ao financiamento atribuído.

Cláusula 6.ª

Resolução do contrato

O incumprimento do objecto do presente contrato constitui motivo suficiente para a sua resolução, autorizando a Junta de Freguesia a retenção das transferências que lhe couberem ao abrigo da Lei das Finanças Locais, até à integral restituição das verbas recebidas.

14 de Setembro de 2007. — A Directora-Geral das Autarquias Locais, *Maria Eugénia Santos*. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, *Carlos Cardoso Lage*. — O Presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, *Edgar Tavares Morais Soares*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Despacho n.º 25 949/2007

Nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, é renovada a comissão de serviço como directora do Centro de Estudos Judiciários da Prof.ª Doutora Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues, possuidora de reconhecida aptidão e experiência profissional, adequadas ao exercício dessas funções.

Foi ouvido o Conselho de Gestão do Centro de Estudos Judiciários, que emitiu parecer favorável, por unanimidade.

O presente despacho produz efeitos a partir de 27 de Outubro de 2007.

26 de Outubro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae

Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues, filha de Octávio Cândido Rodrigues e de Maria Antónia de Almeida Barreto Pinto de Miranda Rodrigues, nasceu em Coimbra, em 5 de Dezembro de 1953.

Concluiu a licenciatura na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1976, com a classificação final de 17 valores.

Em 5 de Julho de 1977, foi contratada como assistente eventual e, em Julho de 1979, como assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Em 11 de Dezembro de 1981, realizou, na mesma Faculdade, provas de pós-graduação em Ciências Jurídico-Criminais, tendo obtido a classificação de *Muito bom*, com 18 valores.

Em 26 de Junho de 1995, realizou, na mesma Faculdade, provas de doutoramento em Ciências Jurídico-Criminais, tendo sido aprovada com distinção e louvor, por unanimidade.

Foi contratada como professora auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Apresentou-se a concurso para professora associada em 11 de Janeiro de 1999, tendo sido aprovada por unanimidade em reunião do júri em Outubro de 1999 e tomado posse como professora associada, de nomeação provisória, em 4 de Janeiro de 2000.

Em 10 e 11 de Março de 2005 realizou, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, provas de agregação em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, tendo sido aprovada por unanimidade.

Foi nomeada professora catedrática, 4.º grupo (Ciências Jurídicas), do quadro da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, por despacho de 20 de Março de 2006 do vice-reitor da Universidade de Coimbra, tendo tomado posse em 6 de Abril de 2006.

No âmbito da vida universitária, pertenceu ao corpo docente do conselho directivo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no ano lectivo de 1983-1984.

Pertenceu, ainda, ao conselho pedagógico da mesma Faculdade, nos anos lectivos de 1997-1998 e 1998-1999.

Foi presidente do conselho pedagógico nos anos lectivos de 2000-2001 e 2001-2002.

No âmbito da actividade docente, teve a regência das aulas teóricas da disciplina de Direito e Processo Penal até ao ano lectivo 2001-2002. Neste mesmo ano, iniciou a regência da disciplina de Direito Penal Europeu.

Desde o ano lectivo de 2003-2004, lecciona no mestrado de Ciências Jurídico-Criminais (Direito Processual Penal e Direito Penal Europeu).

Na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa leccionou, no ano lectivo de 2006-2007, a disciplina de Direito Penal Europeu no VII Programa de Doutoramento.

Participou nos trabalhos de revisão final do Código Penal de 1982 e colaborou com a comissão encarregada de elaborar o Código de Processo Penal de 1987.

Fez parte do grupo de trabalho que elaborou o texto da Reforma Prisional de 1979.

Foi presidente da Comissão para a Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas (despacho n.º 20/MJ/96, de 30 de Janeiro, no âmbito da qual foram apresentados ao Governo dois relatórios).

Foi presidente da Comissão de Reforma da Legislação sobre o Processo Tutelar Educativo (despacho n.º 1021/98, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13, de 16 de Janeiro de 1998), no âmbito da qual foram apresentados ao Governo (Dezembro de 1998) duas propostas de projectos de leis: projecto de lei tutelar educativa e projecto de lei sobre o regime penal especial relativo a jovens adultos.

Elaborou, a convite do Ministro da Justiça do XIV Governo, o projecto de proposta de lei de execução de penas e medidas privativas de liberdade (apresentado em Fevereiro de 2001).

É colaboradora permanente da *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*.

É colaboradora do Comentário Conimbricense do Código Penal, parte especial (direcção de J. de Figueiredo Dias), Coimbra, 1999.

É membro da Association Internationale de Droit Penal e da Fondation Internationale Pénale et Pénitentiaire.

É membro da Société Internationale de Défense Sociale, desde o ano de 2002 e secretária-geral para os Assuntos Europeus a partir da mesma data.

É membro da Associação Portuguesa de Direito Europeu, desde Novembro de 2003.

Foi membro do Conselho Superior de Assuntos Criminais (despacho n.º 76/MJ/98, de 9 de Junho).

Na qualidade de conferencista, participou em vários colóquios e seminários, apresentando comunicações e proferindo conferências.

É autora das seguintes monografias:

A Posição Jurídica do Recluso na Execução da Pena Privativa de Liberdade (dissertação para exame do curso de pós-graduação em Ciências Jurídico-Criminais da Faculdade de Direito de Coimbra), Coimbra, 1982;

A Determinação da Medida da Pena Privativa de Liberdade, Coimbra, Coimbra Editora, 1995;

Novo Olhar sobre a Questão Penitenciária. Estatuto Jurídico do Recluso e Socialização. Jurisdicionalização. Consensualismo e Prisão. Projecto de proposta de lei de execução das penas e medidas privativas de liberdade, Coimbra Editora, 2000 (1.ª ed.), 2002 (2.ª ed.).

Em co-autoria:

Comentário da Lei Tutelar Educativa, Coimbra, Coimbra Editora, 2000 (Anabela Miranda Rodrigues e António Carlos Duarte-Fonseca);

Para uma Política Criminal Europeia. Quadro e Instrumentos Jurídicos da Cooperação Judiciária em Matéria Penal no Espaço da União Europeia, Coimbra, Coimbra Editora, 2002 (com José Luís Lopes da Mot).

Tem numerosos artigos publicados em revistas científicas, nacionais e estrangeiras, designadamente, de entre os mais recentes:

Jugendstrafrecht in Europa. Portugal. «Jugendstrafrecht in Europa», Hans-Jörg Albrecht und Michael Kilchling (hrsg), 2002;

Criminal Policy — New Challenges, «Cahiers de défense sociale», Mélanges en l'honneur de Louk Hulsman, 2003;

Confiance Mutuelle et Contrôle Jurisdictionnel — Une Liaison Nécessaire?, «La confiance mutuelle», Gilles De Kerchove et Anne Weyembergh (dir.), Éditions de l'Université de Bruxelles, Institut d'Études Européennes, 2005;

L'Exécution de la Peine Privative de Liberté. Problèmes de Politique Criminelle, «The implementation of prison sentences and aspects of security/L'exécution des sanctions privatives de liberté et les impératifs de la sécurité», Fondation Internationale Pénale et Pénitentiaire, Actes du Colloque de la FIPP, Publication n.º 39, 2006;

El Sistema de Determinación de la Pena en la Unión Europea, «Fraude y corrupción en el derecho penal económico europeo. Eurodelitos de corrupción y fraude». Luis Arroyo Zapatero y Adán Nieto Martín (coord.), Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca, 2006;

O Eurojust e a Construção Europeia — Entre a Unidade e a Diversidade, Scientia Iuridica, tomo LVI, n.º 309, Janeiro/Março de 2007.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Despacho n.º 25 950/2007

Nos termos e ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é exonerado, a seu pedido, o Prof. Doutor João Eduardo da Costa Limão Gata do cargo de director-geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, lugar para o qual foi nomeado em 1 de Maio de 2007, pelo despacho n.º 16 474/2007, de 20 de Junho de 2007.

A presente exoneração produz efeitos a partir de 22 de Agosto de 2007.

26 de Outubro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CULTURA

Despacho n.º 25 951/2007

Com a reestruturação operada pelo Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de Março, nos termos da nova orgânica do Ministério da Cultura, constante do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, verifica-se o interesse da Administração na nomeação do licenciado João Pedro Bénard da Costa, aposentado, agora no cargo de director da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I. P.

Assim:

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Cultura, e, ainda, no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de Março, que aprova a Lei Orgânica da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I. P., e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 1.º, no n.º 1 do artigo 18.º e nos n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — É nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de director da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I. P., o licenciado João Pedro Bénard da Costa, aposentado, cujo currículo académico e profissional, anexo ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias para o exercício do cargo em que é investido.

2 — Está autorizado o exercício de funções públicas pelo referido aposentado, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 78.º do Estatuto da Aposentação.

3 — O presente despacho produz efeitos em 9 de Abril de 2007.

26 de Outubro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

ANEXO

Síntese curricular

João Bénard da Costa, de seu nome completo João Pedro Bénard da Costa, nasceu em 7 de Fevereiro de 1935, em Lisboa.

Licenciado com distinção em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa em 1959.

Foi presidente geral da Juventude Universitária Católica (1957-1958) e dirigente cineclubista (1957-1960). Bolseiro da Fundação Gulbenkian entre 1960 e 1963.

Actividade docente (História e Filosofia) em vários liceus e colégios.

Em 1963 foi um dos fundadores da revista *O Tempo e o Modo*, de que foi chefe de redacção e, depois, director, entre 1963 e 1970.

De 1966 a 1974 foi secretário executivo da Comissão Portuguesa da Associação Internacional para a Liberdade da Cultura.

Em 1969 assumiu funções como responsável pelo Sector de Cinema do Serviço de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian, ao tempo da criação deste sector. Exerceu essas funções até 1991.

Em 1980 foi nomeado subdirector da Cinemateca Portuguesa. Em 1991 foi nomeado director, designado, a partir de 1997, como presidente.

Publicou várias obras de filosofia, pedagogia e história do cinema.

Entre estas últimas avultam as suas monografias sobre Alfred Hitchcock (1982), Luis Buñuel (1982), Fritz Lang (1983), John Ford (1983), Josef Von Sternberg (1984), Nicholas Ray (1984) ou Howard Hawks (1988). São também de referir os volumes *O Musical* (1987), *Os Filmes da Minha Vida* (1990), *Histórias do Cinema Português* (1991), *Muito Lá de Casa* (1993) e *O Cinema Português Nunca Existiu* (1996).

Entre 1990 e 1995 foi presidente da comissão de programação da Federação Internacional de Arquivos de Filmes (FIAPF). Possui a comenda da Ordem do Infante D. Henrique conferida em 1990 pelo presidente Mário Soares. Prémio de Estudos Fílmicos da Universidade de Coimbra em 1995. Em 1997 foi nomeado pelo presidente da República presidente da Comissão do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, cargo que continua a ocupar. Em 2001 foi-lhe atribuído o Prémio Pessoa. Foi homenageado pela Embaixada de França em 2001 e pela Escola Superior de Teatro e Cinema em 2005, tendo-lhe sido conferida a medalha de honra dessa Escola. Em 2005 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo pelo presidente Jorge Sampaio e com o grau de Commandeur des Arts et des Lettres de França (desde 1983 era *Officier*). Agraciado em 2006 com a Ordem da Estrela da Solidariedade Italiana.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 22 205/2007

Por despachos do director-geral dos Impostos e do director-geral da DGITA de 5 e de 16 de Julho de 2007, respectivamente, foi autorizada a requisição do técnico de informática do grau 2, nível 1, João Luís Mendes Teixeira de Jesus, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral com afectação ao Centro de Formação, nos termos artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Novembro de 2007.

26 de Outubro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 22 206/2007

Por despachos do presidente do Instituto da Vinha e do Vinho, I. P., e da subdirectora-geral dos Impostos, por delegação de competências do director-geral, de 11 e de 1 de Outubro de 2007, respectivamente, foi António Carlos Fernandes da Silva Almeida, assistente administrativo especialista do quadro do Instituto da Vinha e do Vinho, I. P., transferido, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, para idêntica categoria do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afecto aos Serviços Centrais, com efeitos a 1 de Setembro de 2007.

29 de Outubro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.